STJ00113631

Cleyson de Moraes Mello

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ
Professor do PPGD da UERJ e UVA
Professor Titular da Unesa e UNIFAA
Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB

Direito Civil

OBRIGAÇÕES

3ª Edição – 2021

Freitas Bastos Editora

STJ00113631

Copyright © 2021 *by* Cleyson de Moraes Mello
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*
Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M477c

Mello, Cleyson de Moraes
Direito civil : obrigações/ Cleyson de Moraes Mello. – 3. ed. –
Rio de Janeiro : Freitas Bastos Editora, 2021.
450 p. ; 23cm.

ISBN – 978-65-5675-029-3

1. Obrigações (Direito) – Brasil. – Sínteses, compêndios, etc. I. Título.

CDD- 346.8102

Freitas Bastos Editora

Tel./Fax: (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www. freitasbastos.com

STJ00113631

SUMÁRIO

Introdução – Hermenêutica e Dignidade da Pessoa Humana 1

Capítulo 1 – Relação Jurídica 27
1.1. Conceito 27
1.2. Elementos da Relação Jurídica 27
1.3. Sujeitos da Relação Jurídica 28
1.4. Vínculo de Atributividade 28
1.5. Objeto da Relação Jurídica 28
1.6. Relação Jurídica Simples e Plurilateral 29
1.7. Relação Jurídica Relativa e Absoluta 29
1.8. Relação Jurídica de Direito Público e de Direito Privado 29

Capítulo 2 – Os Direitos Subjetivos 30
2.1 Conceito 30
2.2. Classificação 31
2.2.1. Direitos absolutos e direitos relativos 31
2.2.2. Direitos patrimoniais e direitos não patrimoniais 32
2.2.3. Direitos reais e direitos obrigacionais (direitos pessoais, direitos de crédito) 32
2.3. Direito Potestativo 32
2.3.1. Conceito 32
2.3.2. Classificação 32
2.3.3. Diferenças com o direito subjetivo 33
2.4. Faculdade Jurídica 33
2.5. Dever Jurídico 33

Capítulo 3 – Direito Civil Constitucional 34
3.1. Conceito e Importância 34
3.2. A Concepção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988 36
3.3. Diferença entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos 37
3.4. As dimensões dos direitos fundamentais 38
3.5. Direitos fundamentais no âmbito das relações entre particulares 40
3.6. A Eficácia dos Direitos Fundamentais 45
3.7. A importância do Direito Civil Constitucional 48

STJ00113631

3.8. Um Novo Locus Hermenêutico e a Nova Metódica do Direito Civil .. 53
3.8.1. O círculo hermenêutico e a questão dos preconceitos 56
3.8.2. A questão da pertença 57
3.8.3. O tempo em sua produtividade hermenêutica 57
3.8.4. A questão da história efeitual e situação hermenêutica 57
3.8.5. A importância de ter horizontes. A fusão de horizontes 58
3.8.6. A hermenêutica como aplicação 61

Capítulo 4 – Introdução ao Direito das Obrigações 62
4.1. Conceito 62
4.2. Elementos da relação jurídica obrigacional 66
4.2.1. Elemento subjetivo 66
4.2.2. Elemento objetivo 67
4.2.3. Elemento abstrato (elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação). Vínculo jurídico obrigacional 69
4.3. A natureza jurídica da relação jurídica obrigacional e os novos paradigmas 72
4.3.1 Cooperação e Solidariedade 72
4.3.2 A Obrigação como um processo 74
4.3.3 Boa-fé Contratual 74
4.3.3.1 Diferença entre boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva 74
4.3.3.2 Boa-fé contratual 75
4.3.3.3 Proibição do venire contra factum proprium, do inciviliter agere, e da tu quoque 77
4.3.3.4 Supressio e Surrectio 79
4.3.3.5 Dever de Cooperação 80
4.3.3.6 Violação positiva do contrato 82
4.3.3.7 O dever de mitigar a perda (duty to mitigate the loss) .. 84
4.3.3.8 A Boa-fé e o Princípio da Confiança 86
4.4. Relações obrigacionais simples (unas) e complexas (múltiplas) 87
4.5. Distinção entre direito real e direito obrigacional (direitos de crédito) 88
4.6. Fontes da Obrigação Jurídica 91
4.7. Obrigação Natural (obrigação imperfeita) 92
4.8 Obrigações propter rem (obrigações ambulatórias) 95
4.9 Ônus reais 103
4.10. Obrigações com eficácia real 103

Capítulo 5 – Obrigações de Dar Coisa Certa 105
5.1. Introdução 105
5.2. Obrigações de Dar Coisa Certa 106
5.2.1. Perecimento (perda) da coisa sem culpa e com culpa do devedor 106

STJ00113631

5.2.2. Deteriorização da coisa sem culpa e com culpa do devedor 107
5.3. Obrigações de Restituir 110
5.3.1. Perecimento (perda) da coisa sem culpa e com culpa do devedor 111
5.3.2. Deterioração da coisa sem culpa e com culpa do devedor 111
5.3.3. Melhoramentos e acrescidos da coisa 111
5.4 Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa 112
5.5 Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa 113
5.6 Execução para a Entrega de Coisa Certa 114
5.7 Quadro Sinóptico 115
5.8 Obrigação Pecuniária 116

Capítulo 6 – Obrigações de Dar Coisa Incerta 117
6.1. Conceito 117
6.2. Escolha e Concentração 117
6.3. Gênero ilimitado e limitado 118
6.4. Direito Comparado 119
6.5. Jurisprudência 119
6.6 Execução para a Entrega de Coisa Incerta 120

Capítulo 7 – Obrigações de Fazer 122
7.1. Conceito 122
7.2. Distinção entre Obrigação de Dar e Obrigação de Fazer 122
7.3. Classificação das Obrigações de Fazer 122
7.4. Consequências do Inadimplemento das Obrigações de Fazer 123
7.4.1. Obrigações infungíveis 123
7.4.2. Obrigações fungíveis 125
7.5. Antecipação da Tutela Específica 125
7.6. Execução das Obrigações de Fazer 129
7.7 Quadro Sinóptico 130
7.8. Obrigação de Fazer e Home Care 130
7.9. Jurisprudência 132

Capítulo 8 – Obrigações de Não Fazer 136
8.1. Conceito 136
8.2. Inadimplemento 136
8.3. Quadro Sinóptico 137
8.4 Execução das Obrigações de não Fazer 137
8.5. Jurisprudência 138

STJ00113631

Capítulo 9 – Obrigações Alternativas 139
9.1. Introdução 139
9.1.1. Diferença entre obrigações cumulativas (conjuntivas), obrigações alternativas e obrigações facultativas 139
9.2. Direito de Escolha 140
9.3. Impossibilidade ou Inexequibilidade de Cumprimento de uma das Prestações 142
9.4. Obrigação Facultativa 144
9.5. Quadro Sinóptico 146
9.6. Direito Comparado 146

Capítulo 10 – Outras Modalidades Obrigacionais 148
10.1. Obrigações Condicionais 148
10.2. Obrigações a Termo 149
10.3. Obrigações Modais ou com Encargo 149
10.4. Obrigações Genéricas e Específicas 150
10.5. Obrigações de Meio e de Resultado 150
10.6. Obrigações de Garantia 151

Capítulo 11 – Obrigações Divisíveis e Indivisíveis 153
11.1. Conceito de Obrigações Divisíveis e Indivisíveis 153
11.2. Espécies de Indivisibilidade 155
11.3. A Indivisibilidade com Pluralidade de Devedores 156
11.4. A Indivisibilidade com Pluralidade de Credores 157
11.5. A Indivisibilidade com Pluralidade de Credores nos Casos de Remissão, Transação, Novação, Compensação ou Confusão 161
11.6. Perda da Indivisibilidade 162
11.7. Jurisprudência 164
11.8. Direito Comparado 165

Capítulo 12 – Obrigações Solidárias 166
12.1. Noção e Características 166
12.2. Diferenças entre Obrigação Solidária e Obrigação Indivisível 168
12.3. Elementos Acidentais e Lugar do Pagamento 173
12.4. Da Solidariedade Ativa 174
12.4.1. Conceito e características 174
12.4.2. Falecimento de um dos credores solidários 179
12.4.3. Perdas e danos 180
12.4.4. Remissão e recebimento do pagamento 181
12.4.5. Exceções pessoais (meios de defesa) 182
12.4.6. Efeitos da coisa julgada 183
12.5. Da Solidariedade Passiva 184
12.5.1. Conceito e características 184

STJ00113631

12.5.2. Falecimento de um dos devedores solidários 188
12.5.3. Consequências do pagamento parcial e da remissão..... 190
12.5.4. Cláusula, condição ou obrigação adicional..... 192
12.5.5. Impossibilidade da prestação por culpa de um dos devedores..... 192
12.5.6. Juros de mora..... 193
12.5.7. Meios de defesa 194
12.5.8. Renúncia da solidariedade em favor de um ou mais dos devedores..... 195
12.5.9. Relação interna entre os codevedores. Insolvência do devedor..... 197
12.5.10. Rateio entre os codevedores..... 200
12.5.11. Interesse exclusivo da dívida a um dos devedores 201
12.5.12. Quadro sinóptico..... 202
12.5.13. Direito comparado 203
12.5.14. Jurisprudência 206
12.5.15. Jurisprudência comparada..... 207

Capítulo 13 – Cessão de Créditos..... 209
13.1. Conceito 209
13.2. Cessão de Crédito e Pagamento com Sub-Rogação 209
13.3. Cedibilidade e Incedibilidade dos Créditos..... 210
13.4. Espécies de Cessão..... 211
13.5. A Eficácia da Cessão em Relação a Terceiros..... 212
13.6. A eficácia da Cessão do Crédito em Relação ao Devedor..... 212
13.7. Multiplicidade de Cessões 214
13.8. Atos Conservatórios do Cessionário e Exceções Opostas pelo Devedor 214
13.9. Responsabilidade do Cedente 215
13.10. Indisponibilidade do Crédito Penhorado..... 217
13.11. Direito Comparado 218

Capítulo 14 – Assunção de Dívida..... 220
14.1. Conceito e caracteres 220
14.2 Espécies..... 221
14.2.1 Assunção de dívida liberatória e assunção de dívida cumulativa 221
14.2.2 Assunção unifigurativa de dívida e assunção bifigurativa de dívida 222
14.3 Garantias Especiais Dadas pelo Devedor Originário 223
14.4 Efeitos da Anulação do Contrato de Transmissão de Dívida..... 223
14.5. Exceções Pessoais do Devedor Originário 223

STJ00113631

14.6. Imóvel Hipotecado – Pagamento do Crédito Garantido 223
14.7 Direito Comparado 224
14.8. Jurisprudência Comparada 225

Capítulo 15 – Cessão dos Contratos 228
15.1. Conceito 228
15.2. Requisitos 229
15.3. Espécies de Cessão de Contrato 230
15.3.1. Cessão do contrato com liberação do cedente 230
15.3.2. Cessão do contrato sem liberação do cedente 230
15.3.3. Cessão do contrato mediante endosso 230
15.4. Efeitos 230
15.4.1. Efeitos entre o cedente e o cessionário 231
15.4.2. Efeitos entre o cedente e o cedido 231
15.4.3. Efeitos entre o cessionário e o cedido 231

EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo 16 – Pagamento 232
16.1. Conceito e Espécies 232
16.2. Natureza Jurídica 235
16.3. Requisitos de eficácia do pagamento 237
16.4. Quem deve pagar 238
16.5. A Quem Deve Pagar 241
16.5.1. Pagamento efetuado ao credor ou ao seu representante 241
16.5.2. Pagamento efetuado ao credor putativo 243
16.5.3. Pagamento efetuado ao credor incapaz 243
16.5.4. Pagamento efetuado ao credor, apesar de intimado da penhora sobre o crédito 244
16.6. Objeto do Pagamento 245
16.6.1. Pagamento em dinheiro 246
16.6.2. Prestações sucessivas e cláusula de escala móvel 247
16.6.3. Pagamento em ouro ou moeda estrangeira 247
16.6.4. Revisão judicial das prestações em virtude de desequilíbrio nas prestações 248
16.6.4.1. Diferença entre o artigo 317 e o artigo 478, ambos do CC 2002 249
16.6.4.2 Quadro comparativo 250
16.7. Prova do Pagamento 253
16.7.1. Quitação 253

STJ00113631

16.7.2. Presunções de pagamento 254
16.8. Lugar do Pagamento 257
16.9. Tempo do Pagamento 259
16.9.1. Supressio e surrectio 259
16.9.2. Vencimento da prestação 264
16.9.3. Exigibilidade do pagamento nas obrigações condicionais .. 264
16.9.3.1. Condições suspensivas e condições resolutivas ... 265
16.9.4. Causas que justificam o vencimento antecipado 267

Capítulo 17 – Pagamento por Consignação 270
17.1. Do Pagamento Indireto 270
17.2. Conceito de Pagamento em Consignação 270
17.3. Objeto da Consignação 273
17.4. Hipóteses e Pressupostos de Pagamento em Consignação 275
17.5. Levantamento do Depósito 280
17.6. Efeitos do Pagamento de Obrigação Litigiosa 282
17.7. Direito Comparado 282

Capítulo 18 – Do Pagamento com Sub-Rogação 284
18.1. Conceito 284
18.2. Cessão de Crédito e Pagamento com Sub-Rogação 284
18.3. Espécies de Sub-Rogação 284
18.3.1. Sub-rogação legal 285
18.3.2. Sub-rogação convencional 287
18.4. Efeitos da Sub-Rogação 288
18.5. Sub-Rogação Parcial. Preferência do Credor Originário 290
18.6. Direito Comparado 290

Capítulo 19 – Da Imputação do Pagamento 292
19.1. Conceito 292
19.2. Elementos ou Requisitos da Imputação ao Pagamento (Cumprimento) 293
19.3. Espécies de Imputação 293
19.3.1. Imputação realizada pelo devedor 293
19.3.2. Imputação realizada pelo credor 294
19.3.3. Imputação legal 294

Capítulo 20 – Da Dação em Pagamento 296
20.1. Conceito 296
20.2. Natureza Jurídica da Dação em Pagamento 298
20.3. Dação em Pagamento Total e Parcial 298
20.4. Dação em Função do Cumprimento (Datio pro Solvendo) 298

STJ00113631

20.5. Dação em Títulos de Crédito 299
20.6 Direito Comparado 299
20.7. Jurisprudência 299

Capítulo 21 – Da Novação 301
21.1. Conceito 301
21.2. Requisitos 302
21.3. Espécies 303
21.4. Expromissão e Delegação 304
21.5. Efeitos da Novação 305
21.6 Novação e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/2005) 311
21.7 Direito Comparado 316
21.8. Jurisprudência 316

Capítulo 22 – Da Compensação 318
22.1. Conceito 318
22.2. Natureza Jurídica 319
22.3. Espécies 319
22.4. Requisitos 320
22.5. Formas de Compensação 321
22.6. Dívidas Incompensáveis 322
22.7. Compensação de Créditos Fiscais 325
22.8. Compensação e Cessão de Créditos 326
22.9. Compensação de Dívidas com Pagamento em Locais Diversos 326
22.10. Compensação e Imputação do Pagamento 326
22.11. Compensação e Prazos de Favor 327
22.12. Direito Comparado 327

Capítulo 23 – Da Confusão 329
23.1. Conceito 329
23.2. Espécies 330
23.3. Confusão na Obrigação Solidária 330
23.4. Extinção da Confusão 331
23.5. Direito Comparado 332

Capítulo 24 – Da Remissão das Dívidas 333
24.1. Conceito e Natureza Jurídica 333
24.2. Requisitos e Espécies da Remissão 336
24.3. Remissão Tácita. Devolução do Título 336
24.4. Renúncia à Garantia Real 336
24.5. Remissão na Solidariedade Passiva 337
24.6. Direito Comparado 338
24.7. Quadro Sinóptico: Efeitos das Obrigações 339

STJ00113631

DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo 25 – Disposições Gerais 342
25.1. Inadimplemento 342
25.2. Espécies de Inadimplemento 345
25.3. Inadimplemento Absoluto 345
25.4. O Inadimplemento Culposo 345
25.5. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva 348
25.6. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual 351
25.7. Inadimplemento nas Obrigações Negativas 351
25.8. Responsabilidade Patrimonial 351
25.9. Contratos Benéficos e Onerosos 354
25.10. Caso Fortuito ou Força Maior. Exclusão da Responsabilidade 357
25.11. Inadimplemento e a Dignidade da Pessoa Humana 358
25.12. Alienação Fiduciária 358
25.13. Equiparação do Devedor Fiduciante ao Depositário 361
25.13.1. Ação de busca e apreensão com pedido liminar 361
25.13.2. Prisão civil do depositário infiel 365

Capítulo 26 – Da Mora 369
26.1. Conceito 369
26.2. Mora e Inadimplemento Absoluto 369
26.3. Requisitos 370
26.4. Espécies de Mora 371
26.4.1. Mora do devedor 371
26.4.1.1. Espécies de mora do devedor 371
26.4.1.2. Efeitos da mora do devedor 372
26.4.2. Mora do credor 374
26.4.2.1. Requisitos da mora do credor 375
26.4.2.2. Efeitos da mora do credor 375
26.4.3. Mora simultânea e mora sucessiva 376
26.5. Purgação da Mora 376
26.6. Purga da mora – alienação fiduciária 377
26.7. Mora e Cláusula de Tolerância 380
26.8. Direito Comparado 380

Capítulo 27 – Das Perdas e Danos 382
27.1. Conceito 382
27.2. Dano Moral 382
27.3. Dano Emergente, Lucro Cessante e Perda de uma Chance 389
27.4. Da Extensão da Indenização 390
27.5. Obrigações de Pagamento em Dinheiro. Indenização 391

STJ00113631

Capítulo 28 – Dos Juros Legais 393
28.1. Conceito e Espécies 393
28.2. Taxa de Juros 393
28.2.1. Taxa Selic 394
28.2.2. Art. 161, § 1°, do Código Tributário Nacional 395
28.3. Exigibilidade dos Juros Moratórios 396
28.4. Súmulas 397
28.5. Juros Legais – Cheque 398
28.6. Anatocismo 400
28.6.1 Capitalização anual de juros 400
28.6.2 Juros e a Lei 6.463/77 402
28.7. Direito Comparado 402

Capítulo 29 – Da Cláusula Penal 403
29.1. Conceito e Natureza Jurídica 403
29.2. Espécies 404
29.3. Distinção da Cláusula Penal e Arras 405
29.4. Distinção da Cláusula Penal e Astreintes 405
29.5. Cumulação da Cláusula Penal Moratória com o Cumprimento da Obrigação Principal 406
29.6. Cláusula Penal. Limite do seu Valor 406
29.7. Cláusula Penal. Valor. Redução Judicial 407
29.8. Cláusula Penal e Obrigação Indivisível 410
29.9. Cláusula Penal e Obrigação Divisível 410
29.10. Inexigibilidade de Prejuízo 411
29.11. Direito Comparado 411

Capítulo 30 – Das Arras ou Sinal 413
30.1. Conceito 413
30.2. Natureza Jurídica 414
30.3. Espécies 414
30.4. Perdimento das Arras 416
30.5. Indenização Suplementar 416
30.6. Arras Penitenciais. Função Indenizatória 416
30.7. Direito Comparado 417
30.8. Jurisprudência 418

Referências Bibliográficas 421

Índice Remissivo 431